



# ***Reflexões sobre a inclusão***

na educação  
infantil e formação  
de profissionais da  
educação atuantes  
em creches e  
pré-escolas

---

***Ângela Maria Israel***

Professora de Educação Infantil, graduada em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro-RJ. Pós-graduada/especialista em Educação Infantil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.  
E-mail: amisrael@hotmail.com



## RESUMO

**E**ste artigo focaliza a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino de Educação Infantil regular, visando uma educação de qualidade para todos. Discute alguns aspectos da política nacional, por meio da apresentação de leis que garantem o direito à educação inclusiva, bem como as reflexões sobre a formação de professores que atuam nas creches e pré-escolas em que há inclusão, revendo conceitos, princípios e estratégias educacionais inclusivas, que propiciam o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo de crianças inclusas. Incentiva a importância da formulação de um Projeto Político-Pedagógico para a diversidade, no qual a participação da comunidade e das famílias das crianças inclusas é fundamental.

**Palavras chave:** Inclusão, Formação de professores, Projeto Político-Pedagógico, Educação Infantil.

## INTRODUÇÃO

**P**ara que o ser humano desenvolva plenamente seu potencial, deve haver também, desde o nascimento, um processo educativo que o ajude a construir suas estruturas afetivas, sociais e cognitivas. Neste contexto, a educação e o cuidado são de grande importância para o desenvolvimento íntegro da criança, propondo uma ação pedagógica consciente – que respeite a diversidade, o momento e a realidade peculiar de cada criança. Assim, “educar” significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceita-

ção, respeito, confiança e acesso, das crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. O “cuidar” significa: ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, valorizar e ajudar a desenvolver capacidades (RCEI 1998, p. 23 - 24).

A palavra inclusão deriva-se do verbo incluir, que significa inserir algo ou alguém a mais em um determinado grupo. Em relação ao sistema educacional, a inclusão tem o sentido de abranger alunos com deficiências no ensino regular. Para que a inclusão desses alunos com necessidades educacionais especiais seja satisfatória, é importante que profissionais da educação desenvolvam propostas pedagógicas que proporcionem o desenvolvimento de todas as potencialidades desses alunos em relação aos aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais.

*A inclusão da criança com deficiência no espaço educacional regular não depende do grau de sua deficiência ou do nível de seu desempenho intelectual, mas das possibilidades de interação e de socialização que lhe são oferecidas e da sua adaptação ao grupo e ao espaço comum que ocupa.*

Dessa forma, a Educação Infantil enfrenta um grande desafio “a inclusão da diferença”. Isso significa assegurar o atendimento às necessidades básicas de desenvolvimento sócio-afetivo, físico, intelectual e, ao mesmo tempo, garantir o avanço da construção do conhecimento para todas as crianças com necessidades educacionais especiais. Os níveis e possibilidades diferentes de aprendizagem geram ansiedade nos professores que atuam nessa área.

Este artigo tem como principal objetivo a análise e a discussão das falhas existentes na formação de professores atuantes em salas de aula de creches e pré-escolas que possuem crianças com necessidades educacionais especiais. Entre os componentes imediatos mais solicitados, elenca-se a formação do professor, pois há necessidade de oferecer, aos profissionais envolvidos na educação de todas as crianças, ambiente de formação inclusiva, onde seja possível pensar, de fato, uma educação para todos. Não é um processo fácil, mas possível, que pode ser realizado com a continuidade das lutas que vem sendo travadas em prol de uma educação menos segregativa desde os anos 1980.

## APRESENTAÇÃO DE ALGUMAS LEIS EXISTENTES PARA INCLUSÃO

A inserção de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular vem aumentando consideravelmente. O movimento de inclusão ganhou força a partir da metade do século XX. A ideia de uma educação inclusiva, que contemple essa maioria que sempre ficou à margem do processo educativo, está cada vez mais presente na educação geral.

A Constituição Federal de 1988, nos seus artigo 206 e 208, estabelece “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

O conceito de Educação Infantil como direito social é relativamente recente na realidade educacional brasileira, pois as crianças de zero a cinco anos adquiriram, com a Constituição de 1988, o direito de serem educadas em creches e pré-escolas, na sua comunidade. O caráter reducionista do assistencialismo, voltado à prevenção da carência, da doença, da fome, como forma de compensar as mazelas sociais, foi assim rompido.

A Lei nº 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 55, reforça os dispositivos legais da Constituição Federal

de 1988, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Em 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, reuniu 155 países, os quais assumiram o compromisso de garantir uma educação de qualidade para todos, até o ano de 2000, garantindo ainda a universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo, oportunizando às minorias sociais as mesmas oportunidades de aprendizado.

A Declaração de Salamanca, de 1994, passou a influenciar a formulação das políticas públicas da Educação Especial. Neste mesmo ano, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, que provocou uma reformulação das práticas educacionais de maneira que passaram a ser valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da Educação Especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) representam um grande avanço conceitual, colocando a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. Esta tem por finalidade o desenvolvimento integral de todas as crianças, do nascimento aos cinco anos de idade, inclusive aquelas com necessidades educacionais especiais, promovendo seus aspectos físico, psicológico, social, intelectual e cultural. A LDB nº 9394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar, aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração dos estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante a verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) “e [...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Em 1999, o Decreto nº 3.298 regulamenta a Lei nº 7.856/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação especial no ensino regular.

A Resolução nº 02/2001, do CNE/CEB, no artigo segundo, determina que “os sistemas de ensino devem organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um *déficit* referente à oferta de matrículas para alunos com deficiências nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

As Diretrizes Nacionais de Educação Infantil para Educação Especial (2001) recomendam a inclusão de crianças com deficiência – em programas de creche e pré-escola que tenham por objetivo o desenvolvimento integral, o acesso à informação e ao conhecimento historicamente acumulado, dividindo essa tarefa com os pais e com o apoio dos serviços da comunidade.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos

direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da Educação Especial compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras arquitetônicas que impedem o acesso à escolarização.

Em 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento “O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular”, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

O Decreto nº 5.626/04 regulamentou as leis 10.048/00 e 10.098/00, que estabelecem normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto nº 6.094/2007 estabelece as Diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, ressaltando a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

No Estado do Paraná, observou-se a preocupação com o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais por meio da proposta de uma ampla discussão, que envolveu grande parte do sistema educacional paranaense, com o objetivo de sistematizar uma política pública de inclusão educacional. O proponente de tal discussão foi o Departamento de Educação Especial, órgão da Secretaria do Estado da Educação (SEED), cujo resultado final foi a





elaboração de um documento intitulado “Linhas de Ação para o Estado do Paraná”.

A política de educação inclusiva do Estado do Paraná está situada em uma posição denominada inclusão responsável. Tal denominação deve-se ao enfrentamento de uma forma de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas, de maneira a criar oportunidades efetivas de acesso para crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, e, sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender (PARANÁ, 2006, p.39).

Acredita-se que em uma educação inclusiva respeite-se o aluno e lhe proporcione uma educação de qualidade, estando ele no ensino regular ou na educação especial. Assim, a oferta de classe especial, escola especial, sala de recursos, centros de atendimentos especializados, classes hospitalares e atendimentos domiciliares, juntamente com a flexibilização e adaptação curricular, propiciam aos alunos com necessidades educacionais especiais um espaço de socialização, aprendizagem e divertimento, onde os alunos são acolhidos, respeitados e valorizados em seus diferentes saberes. Para que tudo isso seja proporcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil, é necessário que o Projeto Político-Pedagógico ofereça condições para tal.

#### PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A construção de uma pedagogia para Educação Infantil enfatiza o direito de ser criança, poder brincar, viver experiências significativas de forma lúdica, informal e o direito de ir à escola e aprender de forma mais sistematizada.

De acordo com Ireland e Barreiros (2009, p.31)

*Mudança é possível. Apesar da escala de violações e apesar da extensão da discriminação e hostilidade dirigidas à deficiência, há no mundo todo, exemplos concretos de política e prática que indicam o que pode ser alcançado com visão, compromisso e vontade para ouvir as crianças com deficiências e suas famílias. É vital que esses exemplos positivos sejam disseminados, compartilhados e acrescidos a fim de ampliar e fortalecer as boas práticas para promover e respeitar os direitos das crianças com deficiência no mundo.*

Neste contexto, o projeto pedagógico para igualdade consiste em desafiar o sistema educacional como um todo, que deve pensar a aprendizagem não apenas no aspecto individual, mas de maneira coletiva – esta é a função social da escola: manifestar a interação entre pessoas, escola, família e comunidade.

***É importante lembrar  
que a educação  
inclusiva não se faz  
apenas por decretos  
e diretrizes, mas é  
uma construção, na  
qual todos devem  
participar, requerendo  
mobilização, discussão  
e ação organizacional  
de toda a comunidade  
escolar, promovendo  
orientações necessárias  
para o atendimento  
das necessidades  
específicas e  
educacionais de todas  
as crianças.***

É necessário que seja elaborado um Projeto Político-Pedagógico que contemple ações integradas de atenção, cuidado e educação, sendo que a instituição escolar deve tomar iniciativa, reunindo as ações inter-setoriais de saúde e seguridade social que acolham as necessidades de desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância. É fundamental que se compreenda a necessidade de construir um projeto pedagógico que enfatize a formação humana, o respeito mútuo, as competências e a promoção da aprendizagem, contemplando as necessidades educacionais especiais de todos os educandos. A participação da família e da sociedade é essencial para o êxito de uma proposta de educação inclusiva. O grande questionamento está em como

viabilizar essa participação, ou seja, cada escola que tenha uma proposta inclusiva deve buscar estratégias que levem a família a ser co-autora do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Numa proposta inclusiva de Educação Infantil, o currículo e os objetivos gerais são os mesmos utilizados no ensino regular, somente reelaborado e modificado para propiciar o avanço no processo de aprendizagem dos alunos com necessidade educacionais especiais, buscando valorizar a diversidade de cada um.

Após a estruturação do Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino, é indispensável que a formação do profissional e sua prática pedagógica na Educação Infantil sejam consideradas de maneira a assegurar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

#### FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Facion (2005, p.167)

*Durante muito tempo, a formação de professores centrou-se no aperfeiçoamento de conhecimentos baseados em uma perspectiva técnica e racional. Esse enfoque pretendia formar um profissional com saberes uniformes que pudesse exercer um ensino nivelador, sem risco de ruptura com a ideologia dominante. [...] O professor necessita estar contextualizado com a realidade político-social do seu aluno.*

A educação de crianças baseia-se no princípio teórico de que a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento pleno do potencial humano. Ela é vista como uma experiência social que envolve interações significativas entre crianças e adultos.

O professor precisa conhecer o desenvolvimento infantil, compreender a criança e entender-se como um mediador que cumpre as funções complementares de educar e cuidar, criando situações desafiadoras, que possibilitem uma leitura de mundo diferenciada e viabilizando a inclusão social. Nesse sentido, compreende-se que, nos ambientes onde atuam profissionais com diferentes formações, é necessário um trabalho conjunto entre eles, reconhecendo a criança como um ser inteiro. Os profissionais da educação devem ser não somente ativos e participativos, mas também observadores e reflexivos. Para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, em creches e pré-escolas, há necessidade de professores empenhados na

interação, acolhida e escuta dessas crianças; interessados em compreender suas necessidades e potencialidades. E ainda, disponíveis para interpretar suas formas de expressão e comunicação que, muitas vezes, diferenciam-se das demais crianças da mesma faixa etária. E, principalmente, professores prestativos no desenvolvimento das crianças. Este papel é complexo e se desenvolve gradualmente à medida que os profissionais da Educação Infantil se tornam mais capazes por meio da observação, de reconhecer e atender a cada necessidade de desenvolvimento da criança.

Grande parte das escolas e professores se consideram desprovidos para receber alunos com necessidades educacionais especiais, para acolhê-los no cotidiano das atividades escolares.

*Ter alunos com diferentes níveis de desenvolvimento e estilos de aprendizagem é uma situação que pode apresentar dificuldades iniciais, angústias, conflitos, desequilíbrios, mas possibilita, ao professor, aproveitar essas diferenças para promover situações de aprendizagem que provoquem desafios e problematizações.*





Segundo Mantoan (2008, p.143), “a escola, para se tornar inclusiva, deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais”. Isso deve levar a escola à reflexão conjunta e motivar, impulsionando buscas e trocas positivas de interação, de ajuda e cooperação para resolução de problemas no cotidiano escolar.

A Resolução CNE/CP nº 01/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente, voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2003, o Ministério da Educação cria o programa de Educação inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas educacionais inclusivos, o que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

É preciso compreender que a profissão docente, na contemporaneidade, exige um novo perfil, baseado em estudo, reflexão e desenvolvimento de competências práticas realmente significativas. Perrenoud (2000) destaca que uma condição para transformação escolar é a “profissionalização do profissional” da educação e para tanto, ele elenca três aspectos que precisam estar presentes: a responsabilidade, o investimento e a criatividade.

A responsabilidade começa com a compreensão de que é necessário estar em permanente processo de aprendizagem e interação com outros profissionais para conseguir desenvolver as competências docentes necessárias na contemporaneidade. Muitos profissionais têm certeza de que devem receber preparação para trabalhar com alunos com deficiência, a partir de uma formação profissional, que lhes dê autonomia para atuar.

***A integração de professores generalistas e especialistas com outros profissionais, como pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, intérpretes de língua de sinais e assistentes sociais, levaria a capacitação dessa equipe colaborativa em serviço, e contribuiria para uma mudança na qualidade da escola inclusiva.***

Uma Educação Infantil de qualidade requer professores que tenham formação sólida e que possam dar continuidade a mesma, por meio de um bom programa de educação/formação continuada, que lhes forneçam dispositivos de acompanhamento e reflexão do seu fazer pedagógico. Segundo a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994, p.41):



*O êxito das escolas integradoras depende, em grande parte, de uma pronta identificação, avaliação e estímulo de crianças, ainda muito pequenas, com necessidades educacionais especiais. Devem ser elaborados programas de atendimento e educação para crianças com menos de seis anos de idade ou para reorientá-las com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual, social e ao aproveitamento escolar.*

Neste contexto, é importante a formação docente continuada, pois somente assim, os profissionais da educação poderão ter o acesso a dispositivos e materiais pedagógicos específicos para desenvolver o trabalho, de maneira significativa, com crianças com necessidades educacionais especiais.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

**A**pós a apresentação de algumas leis que regulamentam a inclusão no ensino regular, bem como as reflexões que versaram sobre a formação docente e o trabalho coletivo nas realidades educativas, chega-se à conclusão de que a formação profissional deve acontecer de forma contínua, priorizando o desejo do profissional em desenvolver um trabalho com o aluno, sabendo de suas limitações no processo de aprendizagem e considerando as questões sociais e emocionais que o impedem de dar uma resposta em curto prazo. Outro aspecto fundamental é a busca de informações que irão subsidiar a prática pedagógica, acreditando que, enquanto profissional da educação, tem-se a capacidade de ensinar e que os alunos têm possibilidades para aprender.

Portanto, ao considerar a formação continuada obrigatória, o sistema de ensino estará garantindo a construção de diferentes saberes que são necessários para a atuação no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Considera-se a atualização dos profissionais uma necessidade

social, pois o conhecimento transforma-se constantemente, bem como as relações culturais. Logo, a formação continuada auxilia na reelaboração da proposta pedagógica da instituição, priorizando as necessidades da comunidade escolar atendida.

***A perspectiva é de construção de uma nova escola, uma escola inclusiva que se constitua em uma escola para todos, não apenas no papel ou em discursos como vemos e ouvimos, mas que rompa com a realidade de exclusão a favor de uma escola aberta aos diferentes modos de ser e aprender dos diferentes sujeitos.***

É preciso, também, punho e sustentação para enfrentar as fragilidades ainda existentes, inclusive garantindo a presença de profissionais capacitados e especializados, com formação inicial e continuada em educação especial, para atender as necessidades educacionais especiais das crianças inclusas. O desafio é a construção de uma escola organizada para atender as demandas postas por estas diferenças.



## Referências bibliográficas

- BRASIL, M. E. **Conferência Mundial de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1990. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.
- BRASIL, M. E. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.
- BRASIL, M. E. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.
- BRASIL, M. E. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.
- BRASIL, M. E. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://i0.ig.com/educacao/inclusao-de-alunos-necessidades-especiais.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP: 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial. Parecer nº 17/2001**. MEC/SEESP: 2001. Disponível em <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em 10 jul. 2010.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Dispõe sobre a Educação, direitos e deveres do Estado e da família. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=63&Itemid=192>>. Acesso em 10 jul. 2010.
- FACION, J. R. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. Curitiba: IBPEX, 2005.
- IRELAND, T., BARREIROS, D. **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.
- MANTOAN, M. T. E. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
- PARANÁ, S. E. E. **Inclusão e Diversidade: reflexão para a construção do projeto político-pedagógico**. Disponível em <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portais/institucional/dee/legislacao/artigo\\_6.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portais/institucional/dee/legislacao/artigo_6.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2010.
- PARANÁ. **Deliberação nº 02/2003**. Conselho Estadual de Educação. **Normas para Educação Especial, modalidade da Educação Básica, no sistema de ensino do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portais/portal/educadoresphp?PHPSESID=2006040316473527>>. Acesso em 10 jul. 2010.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. **Fundamentos teórico-metodológicos para a Educação Especial**. DEE/SEED, 1994.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. **Subsídios para a construção das Diretrizes Pedagógicas da Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portais/portal/educadoresphp?PHPSESID=2006040316473527>>. Acesso em 10 jul. 2010.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. **Subsídios teóricos para capacitação**. DEE/SEED, 2005.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. **Inclusão e diversidade: reflexão para a construção do projeto político-pedagógico**. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portais/institucional/dee/legislacao/artigo\\_6.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portais/institucional/dee/legislacao/artigo_6.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2010.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos**. DEE/SEED, 2006. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>>. Acesso em 10 jul. 2010.
- PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.